

## Covas reúne Relatores para discutir as teses do PMDB

BRASÍLIA — O Líder do PMDB na Constituinte, Senador Mário Covas, está reunindo em seu apartamento os Relatores com as outras lideranças peemedebistas, visando a colocar nos relatórios os compromissos fixados no programa e estatuto do Partido. Terça-feira, durante seis horas ele esteve reunido com os Relatores José Richa e José Bisol, mas os temas extrapolaram as teses programáticas, chegando-se a discutir a numeração única e perpétua das pessoas, a administração dos cemitérios e a privatização da telefonia.

Convidado para o encontro, o Presidente do PMDB, Ulysses Guimarães, não compareceu, pois estava com um princípio de resfriado. Estiveram presentes os Líderes Fernando Henrique Cardoso, Luiz Henrique e Carlos Sant'Anna, além de mais seis Vice-Líderes. Com os Relatores das Comissões de Soberania e Garantias dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher, José Bisol, e da Organização do Estado, José Richa, tratou-se de compor uma estratégia para colocar as teses do Partido para facilitar o trabalho de negociação e a votação final no plenário da Constituinte.

Mas a discussão abriu-se para ou-

tros temas. O Vice-Líder Paulo Macarini propôs que as pessoas, ao nascerem, ganhassem um número para lhes acompanhar até o final da vida. Macarini argumentou que isso garantiria os direitos previdenciários, superando os problemas encontrados com esta questão. Outros argumentaram contra, pois é há maneiras de o Estado controlar mais eficientemente o cidadão.

Outro debate entre os presentes foi a questão dos cemitérios. Eles devem ou não continuar mantidos pelo poder público? Ganhou a tese da manutenção sob o controle dos municípios para não obrigar o cidadão a comprar um pedaço de terra no cemitério.

O Senador José Richa defendeu a privatização dos telefones. Esta tese, no entanto, foi muito bombardeada. Valeu o princípio da estatização do setor. Richa também apresentou uma solução para as eleições no Distrito Federal: será escolhido o Governador e deputados regionais pelo voto direto.

Todos os oito Relatores serão ouvidor no apartamento de Mário Covas. O próximo deverá ser o Relator da Comissão de Ordem Econômica, Se-

## Severo acertou com Afif e Franco a aprovação de 70% do relatório

Foto de Gustavo Miranda

BRASÍLIA — O Relator da Comissão da Ordem Econômica, Senador Severo Gomes, tem boas chances de chegar ao dia da votação, dia 12, com 70 por cento do seu relatório aprovado por antecipação. Os outros 30 por cento ficarão reservados para as negociações em plenário. As bases deste acordo foram fechadas ontem entre ele e duas das mais expressivas lideranças conservadoras da Comissão da Ordem Econômica, o Deputado Guilherme Afif Domingos (PL-SP) e o Presidente da Confederação Nacional da Indústria, Senador Albano Franco (PMDB-SE).

Franco e Afif Domingos começaram hoje as articulações com os demais integrantes da Comissão e esperam, na terça-feira, já ter os votos necessários ao cumprimento do acordo. Domingos, ex-Presidente da Associação Comercial de São Paulo, tem assegurado os 15 votos que permitirão aos conservadores derrubar integralmente o relatório de Virgildásio de Senna (PMDB-BA), na Subcomissão dos Princípios Gerais, e o Senador Albano Franco está encarregado de sensibilizar os constituintes ligados ao setor empresarial e à Fiesp.

Segundo Afif Domingos, os radicais serão isolados nesta fase das Comissões. Em sua opinião, a opção de Severo Gomes pelo entendimento foi muito inteligente, própria de um experiente articulador. Não há, portanto, qualquer risco de Severo perder essa votação, como ocorreu com o Virgildásio de Senna.

— Ele provocou aquela situação. Não negociou, quis impor sua opinião, que acreditava soberana. Deu no que deu. Severo procurou outros caminhos. E terá sucesso. A realidade é uma só. Vence quem tem votos. Na Comissão da Ordem Econômica,



Afif, ao lado de Roberto Campos, garante ter 15 votos dos liberais

a maioria está conosco. Então, o jeito é fazer o que Severo fez.

Na primeira conversa mantida entre os três, já se avançou em alguns pontos. Afif Domingos, por exemplo, disse admitir modificações no conceito de empresa nacional. A redação, tal como foi aprovada na Subcomissão de Princípios Gerais, é resultado de uma emenda de sua autoria. Muito elástico para o gosto de Severo, ele admite acoplar um parágrafo que regule o ingresso de capital estrangeiro no País, a maior preocupação do Relator.

— Disse ao Severo que podemos

colocar um dispositivo que ficaria assim: a empresa brasileira cujos detentores do controle acionário não residam no País, estará sujeita à legislação específica que consulte os interesses nacionais — explicou Afif.

Severo Gomes não compareceu ontem ao seu gabinete no Senado. Depois da reunião com Albano Franco e Afif Domingos deixou o Congresso e passou o resto do dia reunido com seus assessores, estudando as diversas combinações que o Prodazem realizou sobre as 1107 emendas que os relatórios já receberam.

## Para Deputado, projeto aumenta carga tributária

BRASÍLIA — O projeto para o novo sistema tributário que está sendo proposto pela Comissão de Tributos, Orçamento e Finanças, vai implicar em um aumento significativo de impostos para a sociedade como um todo. A denúncia foi feita ontem pelo ex-Presidente da Associação Comercial de São Paulo, Deputado Guilherme Afif Domingos (PL-SP). Segundo ele, também há o risco da imunidade fiscal à microempresa cair na Comissão, pois o próprio Relator, Deputado José Serra (PMDB-SP), afirmou que as pressões neste sentido são muito grandes.

— A União — afirmou o Deputado — repassou diversos tributos para os Estados e municípios. Mas não há garantia que repassará as funções. Nos tributos remanescentes, como não há alíquotas fixas, também não há garantia de que os impostos não sejam aumentados — exemplificou Afif.

Com relação à emenda de sua autoria, aceita pela Subcomissão do Sistema Tributário, a microempresa adquiriria imunidades fiscais com relação aos impostos federais e estaduais. Desta forma, só o município pode tributar uma microempresa.

— Mas se o Prefeito for inteligente — argumenta Afif — nem isso ele vai fazer, pois há exemplos gritantes de que a medida em que se aumenta a disponibilidade de recursos nas mãos da população e o microempresário é poupado da tributação, crescem o consumo, os empregos e o Prefeito pode, então, promover o crescimento econômico regional.

Segundo Afif, o que a Constituição precisa incluir para o setor de microempresas são mecanismos de defesa efetivos. A isenção, em sua opinião, não basta, pois gera um excesso de regulamentação nos três níveis — federal, estadual e municipal.

## Antônio Carlos faz balanço de sua atuação no Ministério

BRASÍLIA — O Ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, faz hoje durante 30 minutos, na Comissão da Família, Educação, Esporte, Cultura, Ciência, Tecnologia e Comunicações da Constituinte, um balanço do seu setor nos últimos dois anos. O Ministro vai mostrar aos parlamentares que o Governo Sarney está cumprindo suas diretrizes prioritárias de atender basicamente as populações de baixa renda,

através da interiorização da telefonia e da implantação de sistemas de telefone compartilhado e semipúblico.

Antônio Carlos Magalhães falará ainda sobre as metas do plano de expansão e os serviços prestados pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos e Sistema Telebrás. Depois da exposição, o Ministro vai responder às perguntas dos constituintes.

## Deputado nega que tenha sido aliciado pelo Planalto

BRASÍLIA — O Deputado Onofre Corrêa (PMDB-BA) utilizou ontem a tribuna da Assembleia Nacional Constituinte para negar que tenha sido aliciado pelo Palácio do Planalto durante os trabalhos da Subcomissão da Ciência, Tecnologia e da Comunicação. Ele frisou que, como parlamentar que apóia o Presidente da República, tem o legítimo direito de defender a política que estiver sendo por ele executada.

As declarações do Deputado foram provocadas pelas denúncias da Relatora daquela Subcomissão, Deputada Cristina Tavares (PMDB-PE), que o acusou de ter atuado sob pressão do Ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães. Onofre admitiu ter "relações superficiais" com o Ministro, "assim como com todo o Ministério do Presidente Sarney". E afirmou:

— Julgo que qualquer Ministro não só pode como deve legitimamente defender a política do Governo na elaboração constitucional. O Ministro das Comunicações poderia e deveria defender a política do Governo. O que refuto é que esse setor da administração federal tenha feito a mim qualquer tentativa de aliciamento.

Onofre Corrêa disse que discorda de alguns pontos propostos pela Re-



Onofre diz que não foi pressionado

latora da Subcomissão, tais como o Conselho Editorial, "por considerá-lo uma subversão em prejuízo dos próprios empregados e sem assentamento na realidade" e do Conselho de Comunicação, por entender que a ordenação da política de comunicação é matéria de legislação ordinária.

## PDT e PT tiram quorum da Organização dos Poderes

BRASÍLIA — Parlamentares do PT e do PDT reíram-se ontem da Comissão de Organização dos Poderes, impedindo que fosse alcançado o quorum para a votação, sob o argumento de que a Comissão está funcionando ilegalmente, com um integrante a mais do que o permitido pelo Regimento Interno (63). O Presidente da Comissão, Oscar Corrêa (PFL-MG), levou o problema ao Presidente da Assembleia, Ulysses Guimarães, que pedirá ao Líder do PMDB, Mário Covas, a retirada de um dos peemedebistas.

— Estamos com uma Comissão funcionando ilegalmente — afirmou o Deputado Bocayuva Cunha (PDT-

RJ), autor da questão de ordem que provocou a saída dos pequenos partidos do plenário.

A Comissão estava votando um recurso do Deputado José Genoíno (PT-SP) para alterar o número de integrantes da Comissão de Sistematização quando, informado de que a Organização dos Poderes tinha 64 membros, em vez de 63, Bocayuva Cunha perguntou ao Presidente qual seria o número considerado para maioria absoluta. Oscar Corrêa respondeu que era 33 (tendo como base os 64 integrantes), decisão que não agradou os integrantes do PT e do PDT, que se retiraram.

## Relatores usam computador nos seus pareceres

BRASÍLIA — Os relatores de todas as comissões temáticas, diante de 7.737 emendas, sob as quais deverão apresentar seus pareceres, resolveram se refugiar no Centro de Processamento de Dados do Senado Federal (Prodasen), para com seus assessores e a ajuda do computador conseguir apresentar os substitutivos em tempo hábil e, ao mesmo tempo, fugir do assédio de todos que têm interesse em acompanhar de perto os seus trabalhos.

Para isso, os diretores do Prodasen, como já haviam feito com os relatores das Subcomissões, cederam as suas salas e pediram o auxílio da Universidade de Brasília (UnB), que lhe enviou 100 estagiários para o serviço de análise dos dados a serem processados. Além desses estudantes, foram contratados os serviços de uma empresa particular do setor de informática para atuar na digitação dos programas que estão sendo elaborados.

Os demais também se utilizam do Prodasen e se não frequentam com a mesma assiduidade o Centro de Processamento, seus assessores não deixam de recorrer ao auxílio dos serviços de informática. Além disso, eles conseguem se manter incomunicáveis e têm à mão todos os instrumentos necessários para os seus trabalhos. Esta assessoria é importante principalmente pela agilização que permite na análise de todas as emendas.

São os seguintes os números de emendas recebidas por cada uma das Comissões: Organização dos Poderes e Sistema de Governo, 1.453; Ordem Social, 1.282; Sistema Tributário, Orçamento e Finanças, 1.163; Ordem Econômica, 1.106; Família, Educação, Cultura, Esportes, Ciência, Tecnologia e da Comunicação, 1.047; Soberania, Direitos e Garantias do Homem e da Mulher, 630; Organização do Estado, 557; Organização Eleitoral, Partidária e Garantia das Instituições, 499.